2020
CNJ DE QUALIDADE
Prata

CLIPPING

15 e 16 de OUTUBRO 2022

REPÓRTER 70

> ABORTO

AUTORIZAÇÃO

A Justiça do Pará autorizou o aborto legal de uma mulher vítima de estupro em um município do nordeste do Estado. A decisão foi tomada em ação movida em favor da vítima pelo Ministério Público do Pará. A aprovação foi divulgada ontem. Procurado pela família da vítima, o promotor de Justiça do município, Acenildo Botelho Pontes, formalizou registro policial e encaminhou a mulher para exames médicos e acionou o Poder Judiciário para interrupção da gravidez. O pedido foi deferido e a ordem judicial foi concedida.

> SEMANA

CONSENSO

Começaram a ser selecionados no Pará processos que têm possibilidade de acordo e intimação das partes envolvidas para solução de conflito durante a XVII Semana Nacional da Conciliação, que será realizada em todas as comarcas do Pará no período de 7 e 11 de novembro. A Semana Estadual da Conciliação foi criada para estimular acordos em ações, tornando as soluções dos conflitos mais ágeis e reduzindo desgastes das partes e custos do processo judicial.

PEDIDOS

Os advogados também poderão indicar nos autos que desejam pedir inclusão dos seus processos na agenda da Semana que é coordenada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec).

OPERAÇÃO FAIR PLAY

PF cumpre mandados de prisão contra membros de organização criminosa

INVESTIGAÇÃO - Grupo empresarial de investimentos é suspeito de crimes contra o sistema financeiro, movimentando em dois anos R$ 156 milhões no Norte do Brasil

DIVULGAÇÃO/POLÍCIA FEDERAL

Agentes da PF desenvolvem trabalho contra bando envolvido em crimes financeiros

CAMILA GUIMARÃES
DA REDAÇÃO

Uma operação da Polícia Federal (PF), deflagrada ontem, cumpre uma série de mandados de prisão, busca e aprensão, além de bloqueio de bens e valores em Belém e outras cidades no Norte e Nordeste do país. A ação busca repreender grupo empresarial, do ramo de investimentos financeiros, suspeito de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a economia popular, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

A operação, intitulada Fair Play, busca cumprir, ao todo, sete mandados de prisão temporária e 18 ordens judiciais de busca e apreensão em Belém, Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Natal (RN). Também foi determinado o bloqueio de bens e valores das pessoas físicas e jurídicas investigadas, tal como o sequestro de bens móveis e imóveis que, eventualmente, estejam em sua posse.

As pessoas investigadas fazem parte de empresa que integra grupo empresarial, com o objetivo de atrair, em especial, servidores públicos e aposentados. Segundo as investigações, o grupo atuaria nos mais diversos segmentos comerciais, que envolviam desde a promoção de eventos a fim de divulgar suas atividades, a exemplo da realização de shows com atrações nacionais na cidade de Manaus, campeonatos de pescaria, patrocínio de equipe de e-sports, até a compra e venda de automóveis.

Operação de busca, apreensão e prisão se realizou em Belém, Manaus, Boa Vista e Natal

Em um período de dois anos, o grupo empresarial investigado, movimentou, aproximadamente, R$ 156 milhões. Segundo a PF, os sócios e representantes da empresa apresentaram evolução patrimonial meteórica, enquanto ostentavam um alto padrão de vida em redes sociais, residindo em condomínios de luxo, realizando viagens nacionais e internacionais e adquirindo veículos e embarcações também de luxo.

Os crimes em apuração vão desde atos contra o sistema financeiro, contra a economia popular, lavagem de dinheiro a organização criminosa, dentre outros, cujas penas máximas, somadas, ultrapassam 30 anos de prisão.

SOBRE A OPERAÇÃO

O nome da operação é uma alusão à conduta ética exigida na prática de esportes, que preza pela atuação em conformidade com as regras estabelecidas. Da mesma forma, essa operação policial tem como objetivo revelar a atuação irregular de grupo empresarial no ramo de investimentos financeiros, fornecendo aos órgãos de controle e regulação subsídios para repressão administrativa, cível e penal.

ASSASSINATO

Advogada acusada de matar a mãe se entrega à polícia

PRISÃO - Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello compareceu na sede da Divisão de Homicídios, no bairro de São Brás, em Belém, na noite de ontem

CAMILA GUIMARÃES
E ANA LAURA CARVALHO
DA REDAÇÃO

A advogada Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello se entregou na sede da Divisão de Homicídios, no bairro de São Brás, em Belém, na noite de ontem. Ela chegou à unidade policial acompanhada de seu advogado, Rodrigo Tavares Godinho. Juliana é acusada de assassinar a própria mãe, Arlene Giugni da Silva, em janeiro deste ano, dentro do apartamento da família, no bairro da Batista Campos, na capital paraense.

Na noite desta sexta, o advogado da acusada confirmou a prisão. "Ela se apresentou espontaneamente", garantiu. Juliana foi ouvida pelo delegado do caso, Eduardo Rollo. Até por volta de 00h15, ela continuava prestando depoimento. Os detalhes da versão da acusada não foram revelados. Ainda de acordo com o advogado dela, assim que saísse, Juliana seria encaminhada para a "sala de estado maior".

A reportagem de O LIBERAL esteve na sede da Divisão de Homicídios, ainda na noite de ontem, mas não foi recebida. A Polícia Civil foi procurada, através de sua assessoria de comunicação, para se manifestar sobre a prisão, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

Na quinta-feira (13), a Justiça do Pará acatou o pedido do Ministério Público do Estado (MPPA) e decretou a prisão preventiva da advogada. A partir da decretação, a Polícia Civil deu início às diligências na tentativa de localizar Juliana. Segundo moradores do edifício onde ocorreu o crime, na quinta-feira, policiais civis foram vistos no prédio, mas a acusada não havia sido localizada. Durante toda esta sexta-feira, a PC deu prosseguimento às buscas, mas sem sucesso.

Inicialmente, o filho da vítima, Leonardo Felipe Giugni Bahia, foi denunciado como autor do assassinato e por tentativa de assassinato da irmã. Porém, após a inclusão de novas perícias nos autos, a Promotoria de Justiça concluiu que o assassinato de Arlene foi praticado por Juliana, sendo seu irmão o coautor.

As provas e depoimentos coletados pelo Ministério Público foram incluídos na denúncia por meio de aditamentos e, tendo em vista que existem depoimentos que apontam que Juliana tentou alterar as provas processuais, intimidar as testemunhas ou poderia tentar fugir, o MPPA requereu a prisão preventiva.

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Irmãos Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello e Leonardo Felipe Giugni Bahia são acusados do assassinato de Arlene Giugni da Silva

Suspeita de matar a mãe se apresenta à polícia

Advogada Juliana Giugni é acusada de ter matado a própria mãe em janeiro deste ano e teve prisão preventiva decretada pela Justiça

HOMICÍDIO

A advogada Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello, acusada de ter matado a própria mãe em janeiro deste ano, se apresentou na noite desta sexta-feira, 14, na sede da Divisão de Homicídios da Polícia Civil, em Belém.

Ela teve a prisão preventiva decretada pelo juiz João Augusto de Oliveira Júnior, da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Belém. Juliana não foi encontrada na residência dela, ontem (13), por isto já era considerada foragida. A acusada chegou a unidade policial acompanhada do advogado Rodrigo Tavares Godinho, que a representará no processo por homicídio.

O crime foi em 18 de janeiro e causou grande repercussão na sociedade paraense. A vítima, Arlene Giugni da Silva foi morta a facadas no apartamento de luxo onde morava com os filhos. Na época, o irmão de Juliana, Leonardo Giugni, chegou a assumiu a autoria do crime sozinho para proteger a irmã.

O caso teve uma reviravolta depois que o Ministério Público constatou contradições nas provas, perícias e depoimentos.

Na última quinta-feira, 13, a Justiça do Estado do Pará acatou o pedido do Ministério Público do Estado e decretou a prisão preventiva de Juliana Giugni. A denúncia foi oferecida pelo Promotor de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Franklin Lobato Prado, que também fez aditamento e pediu a preventiva, após constatar que houve tentativa de fraude processual.

As provas e testemunhos recolhidos pelo Ministério Público foram incluídos na denúncia por meio de aditamentos e, tendo em vista que existem depoimentos que apontam que Juliana tentou alterar as provas processuais, intimidar as testemunhas ou poderia tentar fugir, o MPPA requereu a prisão preventiva.

A justiça também determinou a instauração de Incidente de Insanidade Mental, para avaliar se houve ou não qualquer tipo de transtorno mental que pudesse influenciar nas ações da ré.

Juliana é acusada de matar a mãe, Arlene, em janeiro deste ano
FOTO: REPRODUÇÃO

PARA ENTENDER

CASO TEVE REVIRAVOLTA

- Inicialmente, o filho da vítima, Leonardo Felipe Giugni Bahia, foi denunciado como autor do assassinato e por tentativa de assassinato da irmã. Porém, após a inclusão de novas perícias nos autos, a Promotoria de Justiça concluiu que ficou comprovado que o feminicídio contra a mãe foi praticado por Juliana, sendo seu irmão o coautor.

Diário do Pará
SÁBADO, Belém-PA, 15/10/2022

Golpe de R$ 156 milhões: PF cumpre mandados em Belém

OPERAÇÃO

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta sexta-feira, 14/10, a Operação Fair Play, para reprimir crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a economia popular, lavagem de dinheiro e organização criminosa, apurados no período de 2021 a 2022 e que ainda persistem.

Ao todo, estão sendo cumpridos, por aproximadamente 55 policiais federais, 07 mandados de prisão temporária e 18 ordens judiciais de busca e apreensão nas cidades de Manaus/AM, Boa Vista/RR, Belém/PA e Natal/RN. Além dos mandados, foi determinado o bloqueio de bens e valores das pessoas físicas e jurídicas investigadas, tal como o sequestro de bens móveis e imóveis que, eventualmente, estejam em sua posse. Na capital paraense, pelo menos cinco viaturas da PF foram vistas em frente ao edifício Real One, na avenida José Malcher, onde provavelmente estaria um dos alvos da operação.

Após a instauração de Inquérito Policial para apurar os fatos, a Polícia Federal confirmou que a empresa investigada busca atrair, em especial, servidores públicos e aposentados.

Ao longo das investigações, foi possível apurar que a empresa investigada compunha grupo empresarial que atuaria nos mais diversos segmentos comerciais, que envolviam desde à promoção de eventos a fim de divulgar suas atividades, a exemplo da realização de shows com atrações nacionais na cidade de Manaus/AM, campeonatos de pescaria, patrocínio de equipe de e-sports, até a compra e venda de automóveis.

A Polícia Federal informa que, em um período de dois anos, o grupo empresarial investigado movimentou, aproximadamente, R$ 156 milhões. Os sócios e representantes, por sua vez, apresentaram evolução patrimonial meteórica, enquanto ostentavam um alto padrão de vida em redes sociais, residindo em condomínios de luxo, realizando viagens nacionais e internacionais e adquirindo veículos e embarcações também de luxo.

PARA ENTENDER

NOME DA OPERAÇÃO

O nome da operação é uma alusão à conduta ética exigida na prática de esportes, que preza pela atuação em conformidade com as regras estabelecidas. Penas para os crimes, somadas, ultrapassam 30 anos de prisão.

A mulher procurou o MP após engravidar em decorrência de um estupro FOTO: REPRODUÇÃO

MP garante aborto à mulher vítima de estupro

DECISÃO

Durante o mês de outubro, o Ministério Público do Pará (MPPA) foi procurado por familiares de uma mulher grávida, em Santa Maria do Pará, devido a um estupro da qual foi vítima.

O MPPA, através do promotor de Justiça do Município, Acenildo Botelho Pontes, providenciou a formalização do registro policial e encaminhou a vítima a fim de se submeter a exames médicos. O Ministério Público acionou o Poder Judiciário objetivando a interrupção da gravidez, atendendo pleito da curadora da vítima. O pedido foi deferido e a ordem judicial foi concedida. A Polícia Judiciária está apurando os fatos e a vítima foi encaminhada para a realização do aborto.

Segundo o site Politize!, o Brasil faz parte do grupo de países que possuem legislações restritivas quanto a interrupção da gravidez. Realizar um aborto induzido é considerado um crime contra a vida, tal regimento é disciplinado entre os artigos 124 e 128 do Código Penal desde o ano de 1984.

Por outro lado, é permitida a interrupção da gravidez em dois casos: quando a gravidez é resultante de estupro ou para salvar a vida da mulher.

QUARTETO VAI PARA A CADEIA

CAPTURADOS POR TRÁFICO

A Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão contra os acusados em vários bairros espalhados pela capital paraense

Celulares e outros aparelhos eletrônicos podem ajudar nas investigações

JUSTIÇA

JR Avelar

Uma investigação da Divisão Estadual de Narcóticos acabou na prisão de quatro pessoas e cumprimento de mandados de busca e apreensão domiciliar em vários bairros de Belém contra pessoas ligadas ao tráfico de drogas em larga escala.

Os policiais civis lotados na Divisão Estadual de Narcóticos (Denarc) cumpriram mandados de prisões durante toda a última quinta-feira (13) contra suspeitos identificados como Antônio Alves Ribeiro, Maria Eduarda Miranda Ribeiro, Thiago Cardoso dos Santos e Valdir Nunes dos Santos. Todos eles são investigados pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico ilícito de entorpecentes no município de Belém.

As investigações iniciaram em outubro do ano passado, quando uma equipe da Divisão Estadual de Narcóticos monitorava criminosos oriundos do exterior que traziam entorpecente para o Brasil por meio de embarcações.

Diligências e monitoramentos foram realizados nos municípios de Garrafão e Porto de Moz, na região sudoeste do Estado, a fim de localizar e prender os criminosos com o carregamento de entorpecentes.

Brasileiros e estrangeiros, principalmente peruanos, foram parte do esquema criminoso, no qual o grupo que traziam o carregamento fazia o transbordo para traficantes do Estado, para depois fazer distribuição interna.

Após intenso trabalho investigativo, o delegado responsável pelo inquérito policial representou pelas medidas cautelares deferidas pela Justiça. Foi dado cumprimento em desfavor de parte do núcleo criminoso.

Segundo a Polícia Civil, com a apreensão de diversos dispositivos eletrônicos, será possível intensificar o trabalho investigativo, a fim de identificar e neutralizar todo o bando criminoso.

Durante a operação foram apreendidos quatro tabletes da droga skunk, quatro aparelhos celulares, cadernos de anotações, joias, um veículo de cor branca, dentre outros documentos.

Diário do Pará
DOMINGO, Belém-PA, 16/10/2022

JUSTIÇA EM FATOS

LÚIZ FLÁVIO

@luizaoreporter www.facebook.com/luiz.f.costa.37 lfmcosta@gmail.com

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FAMILIAR: PRESIDENTE DO TJPA PROFERE PALESTRA NA ITÁLIA E PORTUGAL

A desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, eleita presidente do TJPA para o biênio 2023-2025 e doutora em Direitos Humanos pela Universidade Del Museo Social Argentino, proferiu conferência na cidade de Roma, na Itália, dia 10, durante o III Congresso Ítalo-Luso-Brasileiro de Direito. Na última quinta-feira, a magistrada ministrou outra conferência, desta vez em Lisboa, Portugal, no IX Congresso Luso-Brasileiro de Direito. Ambos os congressos têm como tema central as relações familiares no pós-pandemia. Os eventos foram promovidos pelo Instituto Silvio Meira. Lá as conferências da desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos versam sobre a temática "A Violência Doméstica no Âmbito da Família".

Governança e gestão: TRE do Pará alcança quase 90% em premiação do CNJ

O TRE do Pará alcançou o quesito "excelente" na premiação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos temas de Estruturas Organizacionais e Macroprocessos e Atendimento e Suporte ao Usuário, com média de 88,49%, fato comemorado pela desembargadora presidente, Luzia Nadja Guimarães Nascimento (foto) e pelo secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal, Alessandro Cruz. O prêmio identifica, avalia e acompanha a situação da Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário.

Cadeia do dendê será debatida em audiência pública no TRT-8

A 2ª Turma do TRT-8 recebe toda semana, até 10 processos envolvendo questões trabalhistas em empresas exploradoras de dendê. O desembargador Gabriel Napoleão Velloso Filho (foto), que coordena a turma, realizará audiência pública para esclarecer fatos em que a cadeia de trabalho do dendê, haja vista a habitualidade com que esses pedidos chegam até a justiça do trabalho. A audiência ocorrerá às 9h do dia 21/11 no auditório Aloysio da Costa Chaves do Tribunal.

MPPA recebe convite da comemoração dos 90 anos da OAB-PA

Cézar Mattar Jr., procurador-geral de Justiça, recebeu na última sexta-feira das mãos dos advogados Sérgio Pinheiro (Conselheiro Federal da OAB pelo Pará), Alano Pinheiro (Presidente da Comissão Eleitoral da OAB-PA), Afonso Lobato (Secretário Geral da OAB-PA) e do advogado William Penafort, o convite para cerimônia em comemoração aos 90 anos da OAB-PA, que ocorrerá no próximo dia 27, no Theatro da Paz. Na ocasião, o PGJ estava acompanhado do presidente da Ampep, Alexandre Tourinho.

AMPEP premia promotores e estimula qualidade do trabalho

A Associação do Ministério Público do Estado do Pará (Ampep) criou mais duas premiações que vão homenagear 2 promotores que faleceram no exercício do cargo. A gestão de Alexandre Tourinho criou o prêmio promotora "Symone Mothy de Siqueira Mendes Lauria" (foto) para as melhores práticas exitosas; e "Fabrício Ramos Couto" (foto) para a melhor peça na área criminal, para premiar práticas que "tenham contribuído para a modernização, rapidez e eficiência na prestação dos serviços ministeriais aos cidadãos". O prêmio procurador "Artemis Leite da Silva" será mantido e será conferido aos melhores trabalhos na área cível apresentado pelos associados.

Procuradorias municipais: Comissão da Advocacia Municipalista da OAB-PA promove palestra

A Comissão da Advocacia Municipalista da OAB-PA, presidida por Emanuel Pinheiro Chaves (foto), promove às 15h de amanhã, no auditório da Ordem, a palestra "O Cenário Nacional das pautas da Advocacia Municipalista e as Perspectivas de Futuro – Avanço da PEC 17/2012, que obriga a criação de procuradorias municipais", que terá como palestrante o advogado Marco Vilar, presidente da ABAM e vice-presidente da Comissão Nacional da Advocacia Municipal da CFOAB

ACABOU O CAOS

ELE NÃO MANDA EM NADA

Ermando Damasceno Ribeiro foi preso por policiais militares no município de Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó

MANDADO JUDICIAL

JB Avelar

"Mandão" já não manda mais em Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó, onde era acostumado a "pintar e bordar" quando o assunto era ação criminosa. Ele foi preso por determinação judicial após mais um assalto dentro de uma escola do município.

Segundo as informações do coronel Josimar Leão e tenente-coronel Vicente Neto, que comandam o CPR-XI na região do Marajó Oriental, a prisão de "Mandão" foi possível depois que um mandado de prisão preventiva foi deferido pela Justiça.

Constam nos autos do inquérito policial que Ermando Damasceno Ribeiro, conhecido popularmente em Cachoeira do Arari como "Mandão", havia adentrado na Escola Professor Delgado Leão, no último dia 6 de setembro, às 4h, e surpreendido o vigilante pelas costas cometendo o ilícito penal de ameaça e roubo majorado.

Tão logo amanheceu, o vigilante vítima do ladrão foi até a Unidade Integrada Pará Paz de Cachoeira do Arari para registrar a ocorrência. Em seguida, foi dado início aos procedimentos que culminaram com o pedido de prisão preventiva que foi deferido pelo poder judiciário.

O sargento Cunha, que comanda o 74º Pelotão Policial Destacado de Cachoeira do Arari, foi acionado pelo delegado de Polícia Civil para um cumprimento de mandado de prisão preventiva contra Ermando Damasceno pelo assalto contra o vigilante da Escola Professor Delgado Leão.

O sargento Dantas, na viatura 0806 com efetivo de sete policiais, saiu em diligência e logo conseguiu identificar o paradeiro do alvo, que acabou preso e apresentado na UIPP de Cachoeira do Arari para responder por ameaça e roubo majorado.

O criminoso é acusado de cometer uma série de assaltos na cidade. Ele ainda tentou escapar, mas acabou capturado

FOTO: DIVULGAÇÃO

Armas de grosso calibre e droga foram apreendidas com o bando. Uma adolescente de 16 anos também estava entre eles
FOTOS: DIVULGAÇÃO

OPERAÇÃO CHACAL
PM DERRUBA QUADRILHA

Quatro criminosos foram detidos acusados de uma série de crimes em cidades da região sudoeste do Pará

COMBATE AO CRIME

JR Avelar

Policiais civis de Altamira e Vitória do Xingu, vinculados à Superintendência Regional do Xingu, em conjunto com a Polícia Militar e o canil da Guarda Municipal de Altamira, deflagraram a Operação Chacal, que tinha como missão cumprir seis mandados de busca e apreensão e três mandados de prisões temporárias contra uma organização criminosa suspeita de homicídios e o controle do tráfico de drogas nessas duas cidades da região sudoeste paraense.

Ao todo, quatro pessoas foram presas, além de uma adolescente apreendida, que seguiu para internação na Fasepa com o fim de cumprir medida socioeducativa.

Foram presos Moisés Santana Pereira, Dioleno dos Santos Carvalho, Maria Clara Ferreira de Araújo, Adriana da Silva Assunção e uma jovem de 16 anos de idade. Todos eles são investigados por homicídio, posse ilegal de arma de fogo e tráfico de entorpecentes.

Durante o cumprimento das diligências foram apreendidas duas armas de fogo do tipo espingarda, com quatro munições intactas, um recipiente com pólvoras e nove papelotes de droga tipo maconha, que foram levados para a delegacia.

As prisões temporárias foram decretadas no bojo de inquérito que investiga o homicídio de uma mulher ocorrido em agosto deste ano. O crime gerou muita repercussão na região, considerando a forma em que os executores tiraram a vida da vítima, inclusive, com a participação de uma adolescente, imbuída no mundo do crime, a qual teve sua internação provisória decretada, após representação da autoridade policial.

Os quatro suspeitos foram presos ao amanhecer em suas residências nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu. Após serem ouvidos em depoimentos, eles foram encaminhados ao Sistema Penal do Estado e as prisões comunicadas ao juiz de Altamira.

Imagens mostram advogada acusada de matar a mãe saindo do apartamento com uma faca na mão no dia do crime, em Belém

Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello foi presa na noite de sexta-feira (14).

Por g1 Pará — Belém
15/10/2022 18h43 · Atualizado há um dia

Imagens de circuito interno mostram a advogada Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello saindo do apartamento com uma faca na mão e com manchas de sangue no dia 18 de janeiro de 2022. Juliana Mello é acusada de matar a própria mãe dentro do apartamento da família, no bairro Batista Campos, em Belém.

Nas imagens é possível ver que no dia 18 de janeiro, às 5h e 4 minutos, a advogada sai apressada do seu apartamento com uma faca na mão (**Ver vídeo acima**).

Na sequência, em outro vídeo, Juliana Mello aparece chegando na portaria com a faca. Imagens de dentro da portaria mostram ela entrando no local e um funcionário pegando a faca da mão da acusada.

Segundo Franklin Lobato Prado, promotor do Ministério Público do Pará, os vídeos do circuito interno de TV comprovam que Juliana Mello foi quem saiu do seu apartamento com a arma do crime.

“Vale ressaltar, que não só são os vídeos que comprovam que a acusada praticou o fato. A perícia, as várias perícias que foram solicitadas pelo Ministério Público, comprovam que o padrão genético que foi encontrado na arma do crime é da acusada”, afirma o promotor.

Franklin Lobato Prado disse que o Ministério Público está esperando um ofício da reprodução simulada para que possa verificar a culpabilidade, a autoria e a materialidade do crime.

Em nota à imprensa, a defesa da acusada disse que a faca e as manchas de sangue se justificam com base na perícia técnica, nos depoimentos dos bombeiros e policiais militares que estiveram no local. Segundo a defesa, o sangue que aparece em Juliana é o seu e ocorreu por conta de perfurações feitas pelo seu irmão.

De acordo com o advogado, foi o irmão que entregou a faca para ela e, ao pegar o utensílio, ela foge do apartamento.

Prisão

A Polícia Civil confirmou neste sábado (15) que a advogada Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello foi presa na noite de sexta-feira (14). Ela é suspeita de matar a própria mãe.

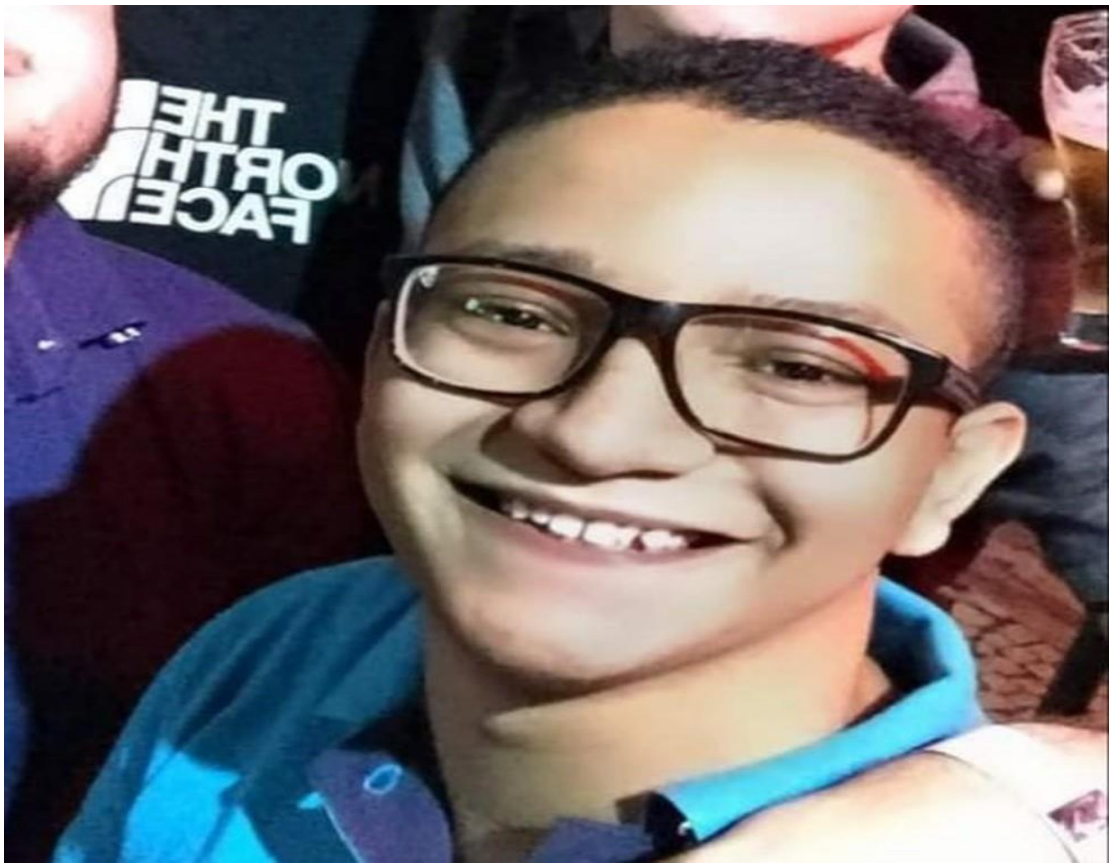
Segundo a Polícia, a suspeita prestou depoimento na Divisão de Homicídios, em Belém, e em seguida foi encaminhada ao sistema penitenciário, onde deve permanecer à disposição da Justiça.

Advogada é presa acusada de matar a própria mãe em Belém. — Foto: Reprodução / Redes sociais

Em nota, a PC informou ainda que o inquérito que investiga o caso segue sob sigilo. A defesa de Juliana Giugni afirma que vai provar na Justiça que ela não é autora do crime.

Na última quinta-feira (13), a Justiça do Pará decretou a prisão preventiva de Juliana Giugni, acusada do homicídio triplamente qualificado pelo assassinato da própria mãe. O crime ocorreu em janeiro deste ano no bairro da Batista Campos, bairro nobre de Belém.

A denúncia foi oferecida pelo Ministério Público do Pará (MPPA) e aceita pelo juiz da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, João Augusto de Oliveira Júnior. O magistrado também determinou a instauração de incidente de insanidade mental para a ré.



O advogado Leonardo Felipe Giugni Bahia foi preso em flagrante, suspeito de esfaquear e matar a própria mãe, Arlene Giugni da Silva. — Foto: Reprodução / OLiberal

Inicialmente, o filho da vítima, Leonardo Felipe Giugni Bahia, foi denunciado como autor do assassinato e por tentativa de assassinato da irmã. Porém, após novas perícias, o promotor Franklin Lobato Prado concluiu que o feminicídio contra a mãe foi praticado por Juliana, sendo seu irmão o coautor.

As provas e testemunhos recolhidos pelo Ministério Público foram incluídos na denúncia por meio de aditamentos. Após os depoimentos apontarem que Juliana tentou alterar as provas processuais, intimidar as testemunhas e que poderia tentar fugir, o MPPA requereu a prisão preventiva.

A advogada Juliana Giugni, acusada de matar a própria mãe em Belém. — Foto: Reprodução / O Liberal

As testemunhas ouvidas relataram que a acusada retirou objetos do apartamento, alguns dias após o crime ter ocorrido. Uma funcionária do condomínio relatou que a ré solicitou a retirada do colchão onde a mãe foi assassinada, com o pretexto de que os vizinhos estariam reclamando do cheiro de sangue, o que não foi confirmado pela funcionária.

No segundo depoimento, um morador relatou que encontrou a acusada na garagem do condomínio com cerca de três malas, algumas caixas e sacolas retiradas do apartamento.

Entre as solicitações do Ministério Público à Polícia Civil estão a oitiva de vizinhos e porteiros, exame de sanidade mental dos acusados e interceptação de comunicações telefônicas dos acusados.

Segundo Rodrigo Godinho, advogado da ré, a família não acredita que uliana Mello seja autora do crime, porque as provas técnicas mostram que Leonardo [o irmão] agiu do mesmo modus operandi com a Juliana, como agiu com a mãe.

Ainda, segundo o advogado, "os laudos periciais mostram material genético do Leonardo nas unhas da vítima, e o laudo de lesão corporal dele mostra a lesão de unha, porém essa prova técnica não fora levada em consideração", afirma.

Rodrigo Godinho também apresentou um áudio, na qual Leonardo Bahia conversa com a então namorada no dia do crime. Neste áudio, Leonardo diz que no fundo sempre precisou de ajuda e que tinha surtado.

Relembre o caso

A vítima, Arlene Giugni da Silva, assassinada no bairro Batista Campos, em Belém. — Foto: Reprodução / O Liberal

Em 18 de janeiro deste ano, o advogado Leonardo Felipe Giuni Bahia foi preso suspeito de matar a própria mãe a facadas dentro do apartamento da família, no bairro Batista Campos, em Belém.

Na época, a Polícia Civil falou em surto psicótico, já que o acusado disse não lembrar do que havia acontecido, apesar de ter confessado o crime.

"Na nossa experiência, os autores que passam por surto psicótico e cometem homicídio sempre têm esse lapso de memória. Ele não recorda, em momento algum, o que aconteceu", disse o delegado na época.

Leonardo também foi acusado de ferir a irmã na mão e na perna. Ele mesmo chamou a Polícia e se entregou.

Em junho deste ano, a Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do MPPA concluiu que ficou comprovado que o feminicídio contra a mãe foi praticado pela irmã do advogado, Juliana Giuni Cavalcante Soriano de Mello. Já o irmão foi apontado como co-autor.

Advogada acusada de matar a própria mãe é presa em Belém

Juliana Giugni Cavalcante prestou depoimentos na Divisão de Homicídios, da Polícia Civil do Pará.

Por g1 Pará — Belém
15/10/2022 10h28 · Atualizado há um dia

Advogada é presa acusada de matar a própria mãe em Belém. — Foto: Reprodução / Redes sociais

A Polícia Civil confirmou neste sábado (15) que a advogada Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello foi presa na noite de sexta-feira (14). Ela é suspeita de matar a própria mãe.

Segundo a Polícia, a suspeita prestou depoimento na Divisão de Homicídios, em Belém, e em seguida foi encaminhada ao sistema penitenciário, onde deve permanecer à disposição da Justiça.

Em nota, a PC informou ainda que o inquérito que investiga o caso segue sob sigilo. A defesa de Juliana Giugni afirma que vai provar na Justiça que ela não é autora do crime.

- Compartilhe esta notícia no WhatsApp
- Compartilhe esta notícia no Telegram

Fachada Divisão Homicídios Pará Belém — Foto: Reprodução

Na última quinta-feira (13), a Justiça do Pará decretou a prisão preventiva de Juliana Giugni, acusada do homicídio triplamente qualificado pelo assassinato da própria mãe. O crime ocorreu em janeiro deste ano no bairro da Batista Campos, bairro nobre de Belém.

A denúncia foi oferecida pelo Ministério Público do Pará (MPPA) e aceita pelo juiz da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, João Augusto de Oliveira Júnior. O magistrado também determinou a instauração de incidente de insanidade mental para a ré.

O advogado Leonardo Felipe Giugni Bahia foi preso em flagrante, suspeito de esfaquear e matar a própria mãe, Arlene Giugni da Silva. — Foto: Reprodução / OLiberal

Inicialmente, o filho da vítima, Leonardo Felipe Giugni Bahia, foi denunciado como autor do assassinato e por tentativa de assassinato da irmã. Porém, após novas perícias, o promotor Franklin Lobato Prado concluiu que o feminicídio contra a mãe foi praticado por Juliana, sendo seu irmão o coautor.

As provas e testemunhos recolhidos pelo Ministério Público foram incluídos na denúncia por meio de aditamentos. Após os depoimentos apontarem que Juliana tentou alterar as provas processuais, intimidar as testemunhas e que poderia tentar fugir, o MPPA requereu a prisão preventiva.

A advogada Juliana Giugni, acusada de matar a própria mãe em Belém. — Foto: Reprodução / O Liberal

As testemunhas ouvidas relataram que a acusada retirou objetos do apartamento, alguns dias após o crime ter ocorrido. Uma funcionária do condomínio relatou que a ré solicitou a retirada do colchão onde a mãe foi assassinada, com o pretexto de que os vizinhos estariam reclamando do cheiro de sangue, o que não foi confirmado pela funcionária.

No segundo depoimento, um morador relatou que encontrou a acusada na garagem do condomínio com cerca de três malas, algumas caixas e sacolas retiradas do apartamento.

Entre as solicitações do Ministério Público à Polícia Civil estão a oitiva de vizinhos e porteiros, exame de sanidade mental dos acusados e interceptação de comunicações telefônicas dos acusados.

Segundo Rodrigo Godinho, advogado da ré, a família não acredita que uliana Mello seja autora do crime, porque as provas técnicas mostram que Leonardo [o irmão] agiu do mesmo modus operandi com a Juliana, como agiu com a mãe.

Ainda, segundo o advogado, "os laudos periciais mostram material genético do Leonardo nas unhas da vítima, e o laudo de lesão corporal dele mostra a lesão de unha, porém essa prova técnica não fora levada em consideração", afirma.

Rodrigo Godinho também apresentou um áudio, na qual Leonardo Bahia conversa com a então namorada no dia do crime. Neste áudio, Leonardo diz que no fundo sempre precisou de ajuda e que tinha surtado.

Relembre o caso

A vítima, Arlene Giugni da Silva, assassinada no bairro Batista Campos, em Belém. — Foto: Reprodução / O Liberal

Em 18 de janeiro deste ano, o advogado Leonardo Felipe Giuni Bahia foi preso suspeito de matar a própria mãe a facadas dentro do apartamento da família, no bairro Batista Campos, em Belém.

Na época, a Polícia Civil falou em surto psicótico, já que o acusado disse não lembrar do que havia acontecido, apesar de ter confessado o crime.

Reproduzir vídeo

"Na nossa experiência, os autores que passam por surto psicótico e cometem homicídio sempre têm esse lapso de memória. Ele não recorda, em momento algum, o que aconteceu", disse o delegado na época.

Leonardo também foi acusado de ferir a irmã na mão e na perna. Ele mesmo chamou a Polícia e se entregou.

Em junho deste ano, a Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do MPPA concluiu que ficou comprovado que o feminicídio contra a mãe foi praticado pela irmã do advogado, Juliana Giuni Cavalcante Soriano de Mello. Já o irmão foi apontado como co-autor.

Condenado a mais de 70 anos de prisão, foragido da Justiça é recapturado em Marabá, no Pará

Homem foi condenado por roubo a instituições financeiras e homicídios.

Por g1 Pará — Belém
14/10/2022 17h56 · Atualizado há 2 dias

Foragido foi encontrado às margens da BR-010, em Marabá, no Pará. — Foto: Heloise Hamada/g1

Um criminoso foragido, conhecido como "Chicão", foi recapturado na quinta-feira (13), por policiais em Marabá, no sudeste do Pará. "Chicão" foi condenado a mais de 70 anos de prisão por roubo a instituições financeiras e homicídios.

Para encontrar o homem, segundo a Polícia Civil (PC), houve troca de informações entre os agentes de segurança, que realizaram vigilância nas

proximidades da residência do criminoso, às margens da rodovia BR-010, onde foi localizado.

"Chicão" foi preso em flagrante por uso de documento falso encaminhado à delegacia de Marabá para os procedimentos cabíveis e, depois, levado à Secretaria de Administração Penitenciária, onde ficará à disposição da Justiça.

Na última sexta-feira (14), a Diretoria de Polícia do Interior (DPI) da Polícia Civil do Pará deflagrou a primeira fase da operação denominada “Cerberus”, com o objetivo de dar cumprimento a mandados de prisão emitidos pela Justiça, por meio da Comarca do município de Mãe do Rio, no nordeste do estado.

As equipes policiais cumpriram oito mandados de prisão preventiva contra acusados pelos crimes de tráfico de drogas, roubo, homicídios e estupro.

As prisões ocorreram nos municípios paraenses de Mãe do Rio, Paragominas, Marituba, Castanhal, Irituia e Tailândia, além de uma prisão feita no município de São Luís, no Maranhão.

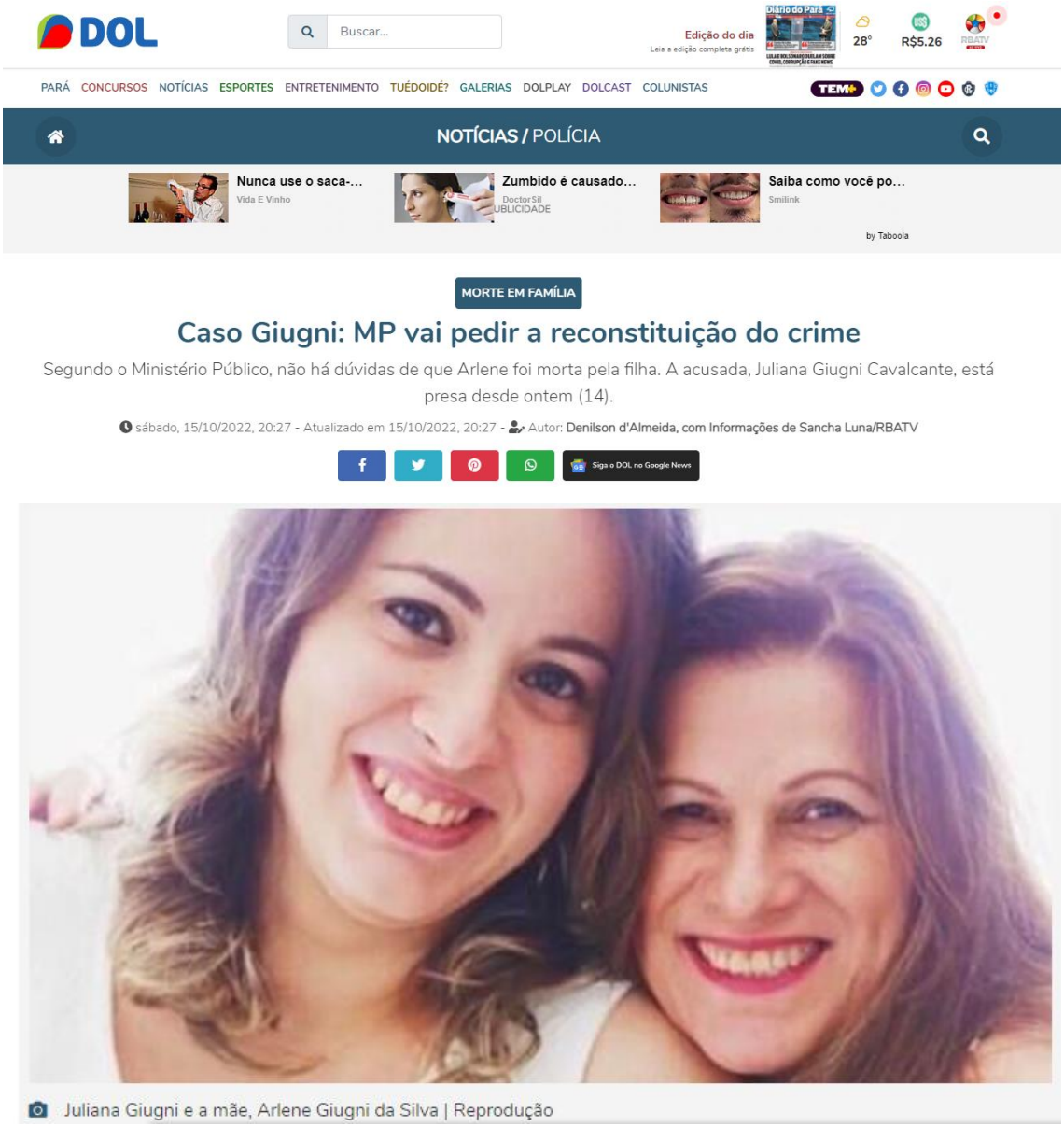
Cabo Pardal detalha momento do tiro no peito: sangue esfriou

Além das prisões efetuadas, as equipes também conseguiram levantar, com base em análise de bancos de dados, 28 mandados de prisão preventiva expedidos pela Comarca de Mãe do Rio em aberto contra foragidos da Justiça. A partir das diligências realizadas, foi possível obter a localização dos foragidos, sendo estes distribuídos em 15 cidades do do Pará, três cidades do Maranhão e uma cidade do Tocantins. O trabalho policial segue na tentativa de dar cumprimento a todos os mandados.

Participaram da operação os policiais lotados em delegacias dos municípios de Belém, Marituba, Mãe do Rio, Paragominas, Castanhal, Irituia, São Domingos, São Miguel, Acará, Bragança, Breu Branco, Jacundá, Tailândia, Marabá e Parauapebas, além do Núcleo de Apoio à Investigação do município de Paragominas.

Vídeo: mulher recebe gesto obsceno ao pedir ajuda em UPA

Os presos durante esta fase da operação foram encaminhados para a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), onde vão ficar à disposição do Poder Judiciário.



A**prisão de Juliana Giugni Cavalcante** não põe fim aos trabalhos de investigação sobre o caso que investiga a morte da mãe que tem como acusada a filha pelo cometimento do crime. Segundo o Ministério Público, Juliana é a principal responsável pelo assassinato da mãe, Arlene Giugni, em janeiro deste ano, no apartamento de luxo onde morava, no bairro de Batista Campos, área nobre de Belém.

A acusada está no Centro de Recuperação Feminino. A acusada estava com a prisão preventiva decretada e se apresentou, na noite da última sexta-feira (14), na sede da Divisão de Homicídios da Polícia Civil. Passou por interrogatório,

porém, segundo o promotor de Justiça Franklin Lobato, ela não prestou informações sobre o crime.

Lobato, agora, deve oficializar e protocolar o pedido de reprodução simulada - que é conhecida popularmente como reconstituição - da morte de Arlene. Esta poderá ser a fase final do inquérito, que sofreu uma reviravolta durante o andamento. Isto porque no início das investigações, o irmão de Juliana, Leonardo Felipe Giugni Bahia, que é advogado, chegou a confessar que seria o autor do crime e com isto isentava a irmã da responsabilidade.

Leonardo foi preso, ainda na condição de flagrante, e alegou que a motivação do crime teria sido por causa de pão. Na época, **as diligências foram encerradas com ele sendo acusado por homicídio triplamente qualificado**. Contudo, o Ministério Público do Estado encontrou falhas e dúvidas no processo e pediu novas perícias. Com isso, as diligências foram reabertas pela Polícia Civil.

Leonardo é, segundo o MP, coautor da morte da mãe, Arlene Giugni. | Reprodução

Para o promotor de Justiça, havia elementos suficientes que indiciavam a irmã de Leonardo, **Juliana, como a autora do assassinato, sendo o advogado, portanto, o coautor**. Ela virou ré no processo em meados de julho deste ano. O MP descobriu ainda que **Leonardo tentou matar a irmã ao saber que ela tinha desferido os golpes de faca na mãe** deles.

Franklin Lobato solicitou ainda **as imagens do circuito interno do condomínio e estas mostraram que Juliana foi até a portaria do prédio com a faca usada no crime**.

"Ela entregou a arma do crime para o porteiro. As várias perícias comprovam que o padrão genético encontrado na lâmina e no cabo é da acusada", frisou.

Acompanhe o que mais diz o promotor de Justiça:

O que diz a defesa

O advogado de defesa de Juliana Giugni, Rodrigo Godinho, divulgou nota à imprensa, neste sábado (15). Segundo ele, os laudos periciais deixariam claros que o irmão dela, Leonardo Giugni Bahia, teria sido o único responsável pela morte de Arlene. O primeiro é quanto ao material genético encontrado no local e nos instrumentos relacionados ao crime.

"Fora encontrado material genético do réu confesso Leonardo Bahia no cabo da faca e na lâmina utilizada para os crimes, nas unhas da mão direita da vítima fatal que demonstram uma tentativa de defesa, além de vestígios de sangue de Arlene e Juliana na bermuda que o acusado usava no dia do crime, mostrando mais uma vez que ele foi o único autor do brutal crime, sendo que todas estas provas estão no processo", sustenta o advogado.

Rodrigo Godinho pontuou também que foi encontrado um amolador de facas na cabeceira da cama de Leonardo. "No banheiro de Leonardo fora encontrado sangue na pia, na bancada, na toalha de rosto amarela e um papel

ensanguentado, sendo que a perícia revelou que sangue encontrado no local e nos objetos tratava-se de sangue das duas vítimas, comprovando que o réu confesso tentou apagar vestígios de seu corpo higienizando-se", escreveu na nota.

Em relação as imagens do circuito interno de segurança, ele diz o seguinte: "se justifica com base na perícia técnica, nos depoimentos dos bombeiros e policiais militares que estiveram no local, o sangue que aparece em Juliana é o seu, haja vista ela está com várias perfurações em seu corpo, desferidas por Leonardo, e na tentativa de não ser morta".

O advogado também respondeu a alguns pontos levantados pelo Ministério Público como a limpeza no apartamento após o crime e sobre a retirada do colchão onde o cadáver foi encontrado. Godinho alega que todas as perícias foram realizadas e o local liberado para limpeza. "A irmã da vítima fatal iria relatar ao Promotor de Justiça que foi ela quem pediu para Juliana retirar o colchão aproximadamente 10 dias após o crime, pois o fedor estava insuportável e a filha da vítima fatal e irmã da vítima sobrevivente, Lorena Giugini, estavam preocupas com os vizinhos, pois o local do crime se trata de um prédio residencial, e o objeto já estava cheio de larvas, podendo gerar problemas de saúde pública".

Juliana Giugni e a mãe, Arlene Giugni da Silva | Reprodução

Juliana Giugni e a mãe, Arlene Giugni da Silva | Reprodução

Juliana Giugni e a mãe, Arlene Giugni da Silva | Reprodução

CASO GIUGNI

Exclusivo: advogada que matou a mãe se entrega à Polícia

Juliana Giugni, que estava na condição de foragida, se apresentou na noite desta sexta (14) na Divisão de Homicídios

sexta-feira, 14/10/2022, 22:33 - Atualizado em 14/10/2022, 22:50 - Autor: Denilson d'Almeida

Juliana Giugni e a mãe, Arlene Giugni da Silva | Reprodução

Aadvogada Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello, acusada de ter matado a própria mãe em janeiro deste ano, se apresentou, agora, à noite, na sede da Divisão de Homicídios da Polícia Civil, em Belém.

Ela teve a prisão preventiva decretada pelo juiz João Augusto de Oliveira Júnior, da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de Belém. Juliana não foi encontrada na residência dela, ontem (13), por isto já era considerada foragida.

A acusada chegou a unidade policial acompanhada do advogado Rodrigo Tavares Godinho, que a representará no processo por homicídio.

Ouça os depoimentos sobre os irmãos que mataram a mãe

O crime foi em 18 de janeiro e causou grande repercussão na sociedade paraense. A vítima, Arlene Giugni da Silva foi morta a facadas no apartamento de luxo onde morava com os filhos. Na época, o irmão de Juliana, Leonardo Giugni, chegou a assumiu a autoria do crime sozinho para proteger a irmã.

O caso teve uma reviravolta depois que o Ministério Público constatou contradições nas provas, perícias e depoimentos.

MARABÁ

Foragido condenado a mais de 70 anos de prisão é encontrado

O homem foi preso às margens da rodovia BR-010, no município de Marabá.

sexta-feira, 14/10/2022, 18:48 - Atualizado em 14/10/2022, 18:48 - Autor: Com informações Polícia Civil do Pará

A prisão foi realizada por policiais civis do Pará. | Reprodução

Na manhã da quinta-feira (13), a Polícia Civil do Pará prendeu em flagrante, por uso de documento falso, um homem conhecido como "Chicão", que se encontrava foragido. A prisão ocorreu no município de Marabá, às margens da rodovia BR-010.

O suspeito já havia sido preso por prática de roubo a instituições financeiras e homicídios e foi condenado a uma pena que ultrapassa os 70 anos de prisão.

Os agentes realizaram vigilância controlada nas proximidades de onde seria a residência do suspeito e obtiveram êxito ao localizar o foragido.

"Chicão" foi levado para a Seccional Urbana de Marabá para os procedimentos cabíveis e, em seguida, encaminhado à Secretaria de Administração Penitenciária, onde ficará à disposição da Justiça.

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Tailândia: morte de funcionário de terceirizada da Equatorial é investigada pela Polícia Civil

Leonil de Carvalho foi espancado e ficou internado por seis dias e não sobreviveu. Um suspeito foi identificado e teve a prisão solicitada à Justiça do Pará

O Liberal

15.10.22 11h56

Leonil morava em Abaetetuba e estava em Tailândia a serviço, mas de folga no dia do ataque (Reprodução / Redes Sociais)

A **morte** de Leonil de Carvalho, de 30 anos, **espancado** em **Tailândia**, nordeste do **Pará**, continua sendo **investigada pela Polícia Civil.** O rapaz passou **seis dias internado** e **morreu** na quinta-feira (13). Ele era funcionário da Dínamo, uma empresa terceirizada da Equatorial Pará. Morava em **Abaetetuba** e estava a serviço no município, porém, **de folga quando foi atacado**. Não se sabe se o crime teve algo a ver com a profissão dele.

VEJA MAIS

No final da noite do dia 8 de outubro, Leonil estava no bairro Greenville e **foi atacado por uma quantidade ainda incerta de pessoas**. Apenas uma pessoa suspeita foi identificada até o momento e está sendo procurada. A **prisão** já foi solicitada. A **motivação do ataque** é uma das muitas coisas que a **investigação** da Polícia Civil pretende elucidar. As hipóteses incluem **briga** e **assalto**, além de alguma **relação com a atuação e empresa** para a qual trabalhava.

Após ser espancado, **Leonil foi socorrido pela namorada**, que mora perto do local do ataque. Foi levado para o Hospital Geral de Tailândia. No entanto, devido à gravidade dos ferimentos e por conta de mobilização de amigos e familiares do rapaz, ele foi transferido para o Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência (HMUE), no dia 12, para acompanhamento especializado. Morreu no dia seguinte.

Por nota, a Equatorial lamentou a morte do funcionário da empresa terceirizada e repudiou todo tipo de **violência**. No dia em que Leonil foi transferido, vários colegas de trabalho acompanharam o embarque dele em uma UTI Móvel Aérea.

No dia em que Leonil foi transferido, vários colegas de trabalho acompanharam, desejando a recuperação do trabalhador brutalmente agredido (Portal Tailândia)

Saiba como denunciar os criminosos que atacaram Leonil

Quaisquer informações que possam ajudar na solução do caso podem ser encaminhadas ao **Disque Denúncia (181)**. A **ligação é gratuita** e pode ser feita de **qualquer telefone**.

Também é possível mandar fotos, vídeos, áudios e localização para a atendente virtual Iara, pelo **WhatsApp (91) 98115-9181**. Em ambos os casos, **não é necessário se identificar**. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Abaetetuba.

Reprodução

Homem é preso acusado de abusar das filhas no interior do Pará

POR ROMA NEWS | 15 DE OUT DE 2022, 12:31

Um homem foi preso acusado de estuprar as filhas. A polícia chegou ao acusado após denúncia de uma das filhas, uma adolescente de 17 anos. O homem identificado pelo nome de Nazareno Silva de Oliveira está preso e colocado à disposição da Justiça.

Decidida a pôr fim aos abusos praticados pelo pai, a adolescente procurou a Delegacia de Polícia Civil do município de Novo Repartimento, na região sudeste do Pará, para denunciar o estupro. Após ouvir a denúncia, a autoridade policial pediu a prisão temporária do acusado, que foi preso na noite dessa terça-feira, 11, por meio de mandado de prisão expedido pela Justiça.

A vítima relatou que sofreu sucessivos abusos sexuais desde os 11 anos até aos 15. E cansada das atrocidades do genitor, que chegou a engravidá-la, ela procurou ajuda na Delegacia local depois que suas irmãs também começaram a ser violentadas. As vítimas sofriam agressões físicas diariamente.

Com informações do Correio de Carajá